

As Relações Econômicas Anglo-brasileiras e a Consolidação da Preeminência Norte-americana no Brasil, 1930 - 1945

MARCELO DE PAIVA ABREU(*)

Resumo

O artigo analisa a consolidação da preeminência norte-americana no Brasil entre 1930 e 1945 no contexto das relações econômicas do Brasil com seus principais parceiros comerciais e financeiros, especialmente o Reino Unido. A posição britânica da preeminência econômica no Brasil, que já havia sofrido considerável golpe depois da Primeira Guerra Mundial, foi agravada pela depressão econômica do período do entre guerras e completamente erodida durante a Segunda Guerra Mundial. A postergação sofrida no processo de consolidação da "Pax Americana" é explicada pela relutância norte-americana em assumir os encargos associados à sua posição hegemônica e à

O autor pertence ao Departamento de Economia da PUC-RJ.

(*) A versão em inglês desse artigo foi publicada em ABEL, C. & LEWIS, C. (eds.). *Latin America, Economic Imperialism and the State: the political economy of the external connection from independence to the present*. Londres, Athlone Press, 1985.

resistência alemã na esfera comercial, já que Londres demonstrou notável resignação quanto à rápida perda de posição britânica no Brasil.

Abstract

The article examines the consolidation of United States preeminence in Brazil between 1930 and 1945 in the context of Brazil's economic relations with other major trade and financial partners, especially Britain. The British position of economic preeminence in Brazil, already diminished after the first World War, was further weakened by the inter-war depression so be for all purposes completely eroded during the Second World War. Delays in the consolidation of "Pax Americana" have to be traced to US unwillingness to take over the leading role and German rather than British resistance as surprisingly little concern was shown in Whitehall for the rapid loss of economic and political weight in Brazil.

Este artigo trata das relações entre a consolidação da posição privilegiada dos

Estados Unidos no Brasil – que só se cristalizou durante a Segunda Guerra Mundial – e o desenvolvimento das relações econômicas anglo-brasileiras nos anos 30 e no início dos anos 40. Uma das características surpreendentes das relações internacionais do Brasil após a Primeira Guerra Mundial foi a flexibilidade que a Grã-Bretanha demonstrou no seu papel como um poder econômico que ainda contasse no Brasil. Como será visto adiante, uma das mais importantes consequências da depressão do período entre guerras foi o enfraquecimento adicional da posição da Grã-Bretanha, e consequentemente, a remoção de um dos principais obstáculos à consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no Brasil. O ulterior retardamento na consolidação das bases da *Pax Americana* no Brasil se deveu mais aos embaraços alemães do que aos embaraços britânicos⁽¹⁾.

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira analisa os fatores que explicam a hegemonia inglesa no Brasil durante o século XIX e que ocasionaram o seu declínio após a virada do século. A segunda seção trata do impacto da depressão sobre as relações econômicas anglo-brasileiras e discute os objetivos estratégicos norte-americanos neste contexto. A terceira examina as consequências da Segunda Guerra Mundial sobre a Grã-Bretanha e o Brasil e a consolidação total da supremacia econômica e política dos EUA no Brasil que teria uma duração de pelo menos trinta anos. A seção final discute o sentido da comparação dos anos 30 e dos anos 80 como décadas “desordenadas”, isto é, décadas sem um poder hegemônico na economia mundial.

1. Brasil e Grã-Bretanha antes de 1930

A preeminência da Grã-Bretanha no Brasil, conforme é bem conhecido, foi esmagadora na primeira metade do século XIX e

bastante pronunciada pelo menos até o fim do século. A transição para a independência e os primórdios do governo independente foram marcados pela concessão de tarifas preferenciais para mercadorias inglesas e em seguida pela manutenção de uma tarifa muito baixa estendida a todos os países até 1844⁽²⁾. A Grã-Bretanha manteve o monopólio de fato dos empréstimos brasileiros até o fim do Império e só lentamente perdeu a sua posição como o principal fornecedor de bens para o Brasil. Em um importante aspecto, contudo, a posição da Grã-Bretanha não foi tão importante após os anos 50 do século XIX. Dada a falta de complementaridade entre o Império Britânico e o Brasil, as exportações brasileiras tenderam a ser absorvidas por outros países, especialmente café pelos Estados Unidos⁽³⁾. Neste sentido, a economia brasileira constituiu muito cedo uma violação da norma, pois sua articulação à economia mundial no contexto da consolidação da *Pax Britânica* não dependeu diretamente do aumento da demanda da Grã-Bretanha pelas suas exportações, como foi o caso, por exemplo, da Argentina.

Do início dos anos 50 do século XIX ao início do século XX a participação britânica no comércio importador brasileiro caiu de aproximadamente 50% até pouco menos de 30 por cento do total, com boa parte desta redução ocorrendo antes do final dos anos

(2) O tratamento clássico das relações econômicas anglo-americanas do período anterior a 1930 é, certamente, o de MANCHESTER (1973). Para as relações anglo-portuguesas do período anterior a 1808, ver SIDERI (1970).

(3) As estatísticas brasileiras referentes ao período anterior a 1900 são notoriamente frágeis, fato este já salientado em 1896 por WILKINSON (1896). É lamentável que o seu apelo quanto à necessidade de uma “compilação completa e fiel de... estatísticas, que, abarcando um longo período, proporcionarão base segura sobre a qual fundamentar deduções, sem o que todas as conclusões são pouco melhores do que especulações” permaneça não preenchida pelos especialistas. O argumento geral aqui proposto não é, contudo, afetado pela qualidade dessas estatísticas.

(1) Muitos dos assuntos discutidos nesse artigo são tratados de forma muito mais minuciosa em ABREU (1977).

80. No que diz respeito às exportações brasileiras, ao final dos anos 50 do último século os Estados Unidos estavam bem estabelecidos como o principal cliente. A importância do comércio britânico para as exportações brasileiras havia diminuído de modo muito brusco até o final do século, mas recuperou-se ligeiramente no início do século XX. Imediatamente antes da guerra a participação britânica no mercado exportador brasileiro achava-se na faixa de 13 por cento, sendo ligeiramente menor que a da Alemanha.

Entre o final dos anos 80 do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial foram investidos no Brasil substanciais capitais não-britânicos, especialmente franceses. Esta tendência, que perturbou marginalmente o monopólio inglês na missão de empréstimos brasileiros, pois envolvia principalmente empréstimos a devedores de categoria inferior, parecia ser mais importante no caso de investimentos diretos. A despeito da forte concorrência de outros mercados financeiros, os ingleses ainda eram capazes de manter seu controle sobre a emissão de empréstimos de maior significado, particularmente os do governo federal. O nervosismo inglês em relação à emergência de outras praças financeiras era, contudo, evidente. Seria o papel dos norte-americanos nos anos 20 que viria abalar este último pilar da preeminência britânica.

A despeito de evidente erosão de sua posição de dominância econômica no Brasil, a Grã-Bretanha, em 1913, ainda controlava pelo menos 60 por cento do capital estrangeiro investido no Brasil, seja na forma de investimentos diretos, seja como títulos públicos. Cerca de um quarto das importações do Brasil eram de origem britânica, perdendo terreno lentamente, é verdade, ante a violenta concorrência alemã e americana, mas mantendo ainda bastante cômodo o lugar de principal fornecedor brasileiro. Enquanto os Estados Unidos eram o principal mercado para o Brasil, comprando 40 por cento das exportações brasileiras, só supriam de 12 a 15 por cento das importações brasileiras e seus investimentos eram insignificantes.

Contudo, conforme a guerra mostraria, não eram sólidas as bases da preeminência britânica no Brasil. Durante os anos 20 as exportações inglesas perderam terreno pesadamente na medida em que a estrutura das importações do Brasil se afastava de produtos tradicionais – cuja produção interna estava crescendo – para bens duráveis de consumo em cuja produção a Grã-Bretanha não tinha vantagens comparativas. A participação britânica nas exportações brasileiras foi drasticamente reduzida, caindo de 15 a 20 por cento durante os anos imediatamente anteriores à guerra para 5 a 10 por cento nos anos 20. Todavia, mais importante do que as tendências que dizem respeito ao comércio, o novo e decisivo desenvolvimento que afetou a posição britânica foi o crescente envolvimento financeiro dos Estados Unidos no Brasil. Os empréstimos brasileiros colocados em Londres em 1915 e 1930 totalizavam 54,3 milhões de libras esterlinas, enquanto os colocados em Nova Iorque atingiam 86,5 milhões de libras esterlinas. Isto resultava tanto da relativa retração britânica em relação aos empréstimos externos, especialmente após 1925, quanto da euforia que caracterizou o mercado nova-iorquino na segunda metade da década. A Grã-Bretanha, contudo, conservava ainda uma posição importante – já que em relação ao estoque de capital sua participação não diminuiu muito, mesmo em termos relativos, enquanto a participação de outros países, como a França, reduzia-se drasticamente – e o mercado londrino se mantinha como alternativa, particularmente no caso de empréstimos levantados pelas autoridades brasileiras dentro do programa de valorização do café, empréstimos estes que haviam sido deslocados de Nova Iorque para Londres devido à lei Sherman, referente a medidas contra os trustes e cartéis.

A manutenção de um contrapeso econômico dos EUA era certamente bem acolhida pelas autoridades brasileiras, que buscavam, de forma consistente, uma política de “resseguro” que tornasse menos estreitas as relações do Brasil com os Estados Unidos. Nesse sentido, pode-se dizer que a existência da Grã-Bretanha como uma fonte

alternativa de recursos financeiros configura razão importante para explicar a forma relativamente inofensiva que caracteriza a ação norte-americana no exercício de sua posição potencialmente dominante no Brasil antes de 1930.

2. A década de 30

A interrupção dos fluxos de capital estrangeiro que se seguiu ao desastre financeiro de Wall Street e suas repercussões européias, combinada à rápida queda nos preços internacionais do café, produziu uma grave crise no balanço de pagamentos no Brasil que conduziu primeiro à exaustão das reservas e em seguida à depreciação cambial e ao controle de câmbio. A nova política econômica imposta pelas novas condições da economia internacional criou um incentivo muito marcante para a substituição das importações, através do uso da capacidade industrial ociosa instalada nos anos 20. A renda do setor cafeeiro, por outro lado, sofreu de maneira bastante considerável, pois a depreciação não compensou inteiramente a queda dos preços internacionais.

A interrupção dos fluxos de capital estrangeiro resultou em considerável enfraquecimento do já desgastado poder de barganha britânico no Brasil. Paradoxalmente, nos anos imediatamente posteriores a 1930, quando as autoridades brasileiras ainda pensavam que o fechamento dos principais mercados financeiros – especialmente Londres – tenderia a ser temporário e não algo permanente, a influência da Grã-Bretanha no Brasil de fato aumentou. Na verdade foi favorecida temporariamente uma política de aproximação com a Grã-Bretanha pelos interesses mais ligados à produção, ao financiamento e à comercialização do café. Se se pudesse cogitar dessa possibilidade, poder-se-ia dizer que isto deveu-se à postura não cooperativa adotada pelos bancos norte-americanos em relação aos bancos brasileiros operando em Nova Iorque, que tinham visto suas linhas de crédito serem bruscamente reduzidas em 1930, e à errônea avaliação do Departamento de Estado a respeito da probabilidade de Vargas ter su-

cesso em sua ofensiva para conquistar o poder em outubro do mesmo ano.

Embora seja questionável que um especialista menos ortodoxo que Sir Otto Niemeyer (chefe da missão financeira que visitou o Brasil na primeira metade de 1931) pudesse ser ou não mais eficiente em termos de salvaguardar a debilitada influência econômica britânica, é certo que só o eclipse temporário dos Estados Unidos tornou possível a visita de uma missão britânica a um país que estava se tornando rapidamente uma área de incontestável influência norte-americana. A despeito do fato de quase nenhuma das recomendações incluídas no relatório da missão ter sido seguida pelas autoridades brasileiras por serem extremamente ortodoxas, a missão preparou o terreno para a negociação de um acordo temporário sobre a dívida externa pública brasileira, tecnicamente em *default* no final de 1931, que tendia a tratar de modo mais favorável os empréstimos em libras esterlinas do que os demais⁽⁴⁾.

Só depois de a política de preferência imperial ter demonstrado de maneira clara a ênfase britânica na importância das relações comerciais mais estreitas com o Império, e do fracasso da Conferência Econômica Mundial de 1933 em chegar a um acordo sobre o repúdio ao bilateralismo e outras formas de controle de comércio internacional que “o cenário para a entrada do Tio Sam num papel benévolo estava armado, pois o passar do tempo havia removido da memória brasileira seus lamentáveis erros do período revolucionário de 1930”⁽⁵⁾. Embora seja um tanto improvável que os Acordos de Ottawa tenham afetado muito subs-

(4) Para uma análise das recomendações de Niemeyer, ver ABREU (1974); no que diz respeito à questões sobre dívida pública, ver ABREU (1977, cap.3).

(5) DEPARTAMENTO DOS ESTADOS UNIDOS (1951, p.30-38) e memorando 16.12.32, Federal Reserve Bank of New York, nº 260, Correspondence Files, Foreign Exchange, Janeiro de 1931 – maio de 1933. Quanto ao resultado da Conferência de Ottawa, veja HODSON (1938, cap.5 (e)).

tancialmente as exportações brasileiras para a Grã-Bretanha – a participação britânica nas exportações brasileiras na verdade aumentou de cerca de 4 por cento em 1928 para aproximadamente 10 por cento no final dos anos 30, pois parte das suas compras de algodão foram deslocadas dos Estados Unidos – isso foi uma importante indicação de que a ênfase da política econômica britânica seria no comércio com o seu Império⁽⁶⁾.

De fato, a posição britânica no Brasil após 1933-34 desgastou-se consideravelmente em comparação com o período inicial de Vargas. A política britânica visava concentrar seus esforços na proteção dos interesses financeiros e conceder uma baixa prioridade às questões relacionadas ao comércio. Esta escala de prioridades ainda fazia sentido quando o novo acordo temporário sobre a dívida externa pública foi discutido em 1934 – ainda que os termos corrigissem parcialmente os prejuízos à posição americana infringidos pelo acordo de 1931 – mas tornou-se progressivamente ineficiente pois ficou claro para as autoridades brasileiras que a manutenção da reputação financeira do país não era de grande importância enquanto permanecesse o bloqueio aos mercados financeiros mundiais. O Brasil, de fato assumiu uma postura cada vez mais pragmática quanto às prioridades relativas na distribuição da cobertura cambial, começando a década com o serviço da dívida externa pública no topo da lista de prioridades e suspendendo esses pagamentos no final dos anos 30⁽⁷⁾.

(6) O aumento das importações britânicas oriundas do Brasil, contudo, não foi suficiente para tornar o balanço comercial favorável ao Brasil: o poder de barganha britânico permanecia fraco. É possível que a restrição aplicada às importações britânicas de carne tenha afetado as exportações brasileiras, pois o Brasil era um recém-chegado nesse mercado. O aumento considerável das exportações de carne para a Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial tende a substanciar isto, embora a importância da variável preço para explicar o volume de importações fosse bem menor durante a guerra.

(7) O fraco poder de barganha britânico no Brasil

A política econômica externa britânica nos anos 30 era realista em um sentido global. Baseava-se numa avaliação do efetivo poder de barganha que a Grã-Bretanha dispunha em cada país, sendo muito difícil definir uma estratégia coerente, como no caso do multilateralismo norte-americano posterior a 1934. A política britânica se alternava entre “comprar de quem nos compra” ou “buy British”, na Argentina ou na Dinamarca, e “comprar de quem vende o melhor e mais barato”, no Brasil. A Grã-Bretanha era multilateralista onde o seu poder de barganha era fraco e bilateralista onde ele era forte. Enquanto na Argentina o acordo Roca-Runciman de 1933 – concedendo na prática prioridade às necessidades britânicas de cobertura cambial externa – era a base das relações econômicas anglo-argentinas, pensava-se em Londres que a cláusula da nação mais favorecida deveria ser aplicada em países como o Brasil⁽⁸⁾. Esta política tornou a posição inglesa extremamente vulnerável quando os alemães aplicaram seu Novo Plano para o comércio exterior em 1934, baseado no uso generalizado da bilateralização do comércio, prejudicando o comércio britânico com o Brasil. Com a remo-

torna-se explícito também pelos termos muito menos restritivos do acordo de pagamentos assinados com o Brasil, se comparado com países onde havia efetivo poder de barganha na base de comércio bilateral como no caso da Argentina, conforme salientado por TASCÁ (1939, p.83). Tascá também enfatizava as “disposições por parte do Reino Unido no sentido de colocar interesses financeiros numa posição de prioridade se comparados com o comércio de exportação corrente” (p. 85).

(8) A ambigüidade da política britânica era reconhecida pelos funcionários do Foreign Office: “este país permanece com um pé no domínio das quotas e das tarifas e o outro no domínio dos acordos com base na cláusula de nação mais favorecida”, memorando de Mason 1.8.33, Public Record Office, Londres, General Correspondence, Foreign Office (a partir daqui citado como FO) 371/16534:A 6417/48/2. Esta ambigüidade foi fortemente criticada, especialmente na Argentina, ver **Buenos Aires Herald**, 1 e 4 de maio de 1935.

ção da Grã-Bretanha como um importante competidor no Brasil, pareceria que o caminho estava aberto para a consolidação da preeminência norte-americana, baseada no forte poder de barganha associado ao seu déficit na balança comercial com o Brasil. Mas esta consolidação tardaria, pois a adoção na Alemanha do Novo Plano de Schacht para o comércio exterior tornou possível uma rápida expansão do comércio com o Brasil na segunda metade dos anos 30.

É impossível, dado o escopo deste artigo, detalhar a operação dos acordos de comércio de compensação⁽⁹⁾. É suficiente dizer que qualquer forma de comércio que se baseasse no uso de moeda corrente inconvertível e possibilitasse um fluxo apreciável de importações adicionais como contrapartida da expansão das exportações brasileiras, certamente ganharia uma participação importante do comércio exterior do Brasil. De fato, embora a expansão da participação alemã não tenha sido tão grande quanto a sugerida pelas estatísticas oficiais brasileiras – pois as importações da Alemanha eram supervalorizadas com valores em marcos de compensação sendo tratados como Reichsmarks – esta aumentou de 11-12% em 1934 para 19-20% em 1936-38.

A despeito de protestos norte-americanos sobre concorrência desleal, frequentemente aceitos sem qualificação, de fato o aumento das importações da Alemanha deslocou não as exportações norte-americanas, mas as exportações britânicas: a participação britânica do mercado brasileiro caiu, em verdade, de cerca de 20 por cento em 1934 a 11-13 por cento em 1936-38⁽¹⁰⁾.

(9) Ver ABREU (1977, seção IV.4), especificamente quanto ao comércio de compensação alemão no Brasil. Quanto a um relato tradicional das práticas e comércio alemães nos anos 30, ver ELLIS (1941, especialmente p.216-21). Para uma crítica recente de interpretações tradicionais – que ressaltou as perdas econômicas associadas a acordos de compensação – ver NEAL (1979).

(10) A debilidade competitiva das “novas indústrias” inglesas nesse período foi sublinhada por KAHN (1946, cap. 6).

As exportações britânicas tradicionais sofreram mais: os tecidos, devido ao aumento da produção interna; carvão mineral, folhas de flandres, fios, trilhos, tubos e equipamento elétrico, com a concorrência de mercadorias alemãs. Embora as exportações norte-americanas de bens duráveis de consumo tenham sido obviamente afetadas pela concorrência alemã, os Estados Unidos puderam compensar estas perdas com o aumento da sua participação na oferta de outras mercadorias importadas. A indústria britânica não era, por outro lado, capaz de competir na oferta de mercadorias mais sofisticadas, especialmente bens de consumo duráveis (KAHN, 1946, cap. 6).

A importância do mercado alemão como escoadouro das exportações brasileiras também aumentou consideravelmente na segunda metade dos anos 30: a participação alemã no total das exportações brasileiras aumentou de 8-9 por cento no início dos anos 30 até o máximo de 19 por cento em 1938. Isto estava intimamente associado ao aumento das exportações de algodão brasileiro a expensas do algodão norte-americano, tanto no mercado alemão quanto no mercado britânico. Pode-se notar, contudo, que mesmo no final dos anos 30 a importância do mercado alemão para o Brasil não era superior à apresentada pouco antes da Primeira Guerra Mundial.

À medida que a Grã-Bretanha nos anos 30 rompeu com a tradição de sua política econômica externa, abandonando praticamente todos os princípios básicos de livre comércio e de pagamentos, os Estados Unidos tornaram-se o principal advogado de um retorno ao multilateralismo. Isto foi também, certamente, uma inversão um tanto brusca da posição anterior especialmente em relação à tradicional política comercial norte-americana, e tornou-se mais definida depois de 1934 com a vitória dos liberais do Departamento de Estado sobre os bilateristas, liderados por George Peek, que propunham que os Estados Unidos adotassem uma política semelhante à britânica, explorando até o fim o seu poder de barganha específico em cada país, sem quaisquer es-

crúpulos quanto ao fato de inexistir uma política econômica externa global coerente⁽¹¹⁾.

Dado o compromisso norte-americano com o multilateralismo e a posição defensiva adotada pela Grã-Bretanha, não é de se surpreender que a segunda metade dos anos 30 tenha sido marcada por contínuos atritos envolvendo os governos norte-americano, brasileiro e alemão, no que diz respeito à expansão do comércio de compensação do Brasil com a Alemanha. Os americanos exerceram contínua pressão sobre o Brasil para que renunciasse a esse comércio, que começou a se expandir muito rapidamente a partir de 1934-35. O comércio de compensação era denunciado pelos EUA como discriminatório, desviando comércio que podia gerar escassa cobertura cambial para pagar as importações brasileiras provenientes de países de moeda conversível. As importações alemãs eram prontamente pagas e gozavam de vantagens competitivas, pois o marco de compensação era desvalorizado em relação ao Reichsmark e a Alemanha oferecia generosos subsídios à exportação.

Embora as autoridades brasileiras – firmemente cômicas da força do poder de barganha dos EUA – estivessem dispostas a acomodar a pressão americana no que diz respeito a outras questões, a restrição ou a interrupção do comércio de compensação suscitava graves problemas. Na verdade, não havia qualquer alternativa equivalente para os exportadores brasileiros, bem como para os alemães. Isto era particularmente verdadeiro quanto ao algodão, cuja produção estava crescendo muito rapidamente no Brasil com o benefício da genero-

sa política de preços nos EUA. De fato, é difícil detectar qualquer setor da sociedade brasileira que não se tenha beneficiado da expansão do comércio de compensação. Favoreceu exportadores, importadores e consumidores e, talvez mais importante, proporcionou muito do amplo espaço político de manobra requerido pelo governo federal. As exportações para a Alemanha eram importantes para a economia do Rio Grande do Sul e do Nordeste, e tornaram possível a compra de equipamento militar para o exército⁽¹²⁾. Desta forma, embora durante a segunda metade dos anos 30 o Brasil tenha cedido à pressão norte-americana e formalmente adotasse nominalmente o multilateralismo como base de sua política econômica externa, ao mesmo tempo nada fez para impedir o próspero comércio de compensação. Isto tem sido creditado por vários autores à astúcia brasileira, aumentando seu poder de barganha e explorando as vantagens associadas à rivalidade germano-americana. Embora o Brasil tenha se beneficiado das vantagens oferecidas pela alternativa alemã, é difícil aceitar que o sucesso desta política ambígua brasileira possa ser creditado ao aumento do seu poder de barganha. Durante os anos 30, os Estados Unidos tenderam a adotar uma postura moderada em relação a inúmeros problemas de interesse bilateral, não utilizando de forma integral seu poder de barganha em relação ao Brasil. Isto ocorreu nas negociações relativas à dívida externa pública, no caso dos atrasados comerciais, quanto ao comércio de compensação e até mesmo em relação ao Tratado Comercial de 1935. Quase sempre os objetivos estratégicos norte-americanos prevaleceram sobre as considerações de curto prazo, em forte contraste com a política britânica. A posição dos EUA em relação ao Brasil nos anos 30

(11) A política norte-americana, em oposição à política britânica tradicional de "livre comércio e tratamento igual" para os parceiros, tem sido "a de sujeitar estrangeiros ao tratamento igual mas desfavorável de serem submetidos a uma tarifa crescente", KREIDER (1943, p. 18). Havia importantes exceções, contudo, à alegada igualdade americana de tratamento, especialmente na América Latina. No caso do Brasil, algumas importações norte-americanas gozaram de tarifa discriminatória por 20 anos, anterior a 1923.

(12) Deve-se ter cuidado para não exagerar a importância da influência militar em favor do comércio de compensação. Foi a acumulação de marcos bloqueados não utilizados em Berlim que induziu a sugestão alemã de que tais créditos deveriam ser utilizados para comprar equipamentos militares, ao contrário do sugerido por HILTON (1975, p. 97, 100, 109, 130-31). Ver o telegrama 30 de Berlim para o Rio, 18.4.36, Arquivo Histórico do Itamarati/Missões Diplomáticas.

– não pressionado excessivamente o Brasil quanto ao comércio de compensação e considerando o regime de Vargas como “uma ditadura mais aceitável do que as outras” – baseou-se em uma política esclarecida de defesa de seus interesses, tendo como meta principal a contenção da Argentina, país sobre o qual os Estados Unidos não tinham muitas possibilidades de influir decisivamente. Esta política tornar-se-ia ainda mais clara nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial⁽¹³⁾.

O relativo sucesso da política econômica externa brasileira nos anos 30 foi mais um corolário da política latino-americana dos Estados Unidos do que o resultado do talento brasileiro na criação de margem de manobra que de outro modo não existiria. Conseqüentemente, é algo forçado pensar em termos de formulação e implementação de uma estratégia brasileira definida que dissesse respeito a questões econômicas internacionais. Se o Brasil seguiu uma linha de ação coerente, esta foi caracterizada de forma residual em relação à estratégia americana. Aceitar a existência de uma estratégia brasileira é dar espaço excessivo à racionalização de eventos após a sua ocorrência.

Trabalhos recentes tendem a qualificar avaliações anteriores dos anos 30 como um período durante o qual apenas a conexão brasileira-americana foi relevante⁽¹⁴⁾. A

(13) Memorando de Spiegel e de Beers s.d., p. 3, Relatórios Econômicos e Financeiros BRA/0/60, United States Department of the Treasury. Pode-se observar, como uma ilustração da prioridade norte-americana de longo prazo, que o governo dos Estados Unidos constantemente sublinhava a prioridade mais alta das questões comerciais e relativas a investimentos diretos em relação àquelas que diziam respeito à dívida pública externa. Como a posição do Departamento do Tesouro tornou-se mais forte no final dos anos 30, a ênfase em considerações de longo prazo tornou-se ainda mais pronunciada: a simpatia de Morgenthau e White não estava com as viúvas e os órfãos.

(14) HILTON, (1975) e, mais recentemente, com ênfase em aspectos políticos, GAMBINI (1977) e MOURA (1980).

“complicação” alemã foi extremamente importante, especialmente entre 1935 e 1938; entretanto, estas novas interpretações exageram ou o poder de barganha do Brasil ou o verdadeiro peso econômico e político da Alemanha. Não estivessem os Estados Unidos comprometidos com o multilateralismo como uma solução global para os problemas enfrentados pela economia internacional, ou tivesse a estrutura de comércio e de pagamentos da Argentina tornado aquele país mais vulnerável à pressão norte-americana, é improvável que o Brasil pudesse ter desfrutado, por tanto tempo, de espaço para a adoção de uma política notoriamente ambígua. É enganoso usar termos como “equidistância pragmática” (MOURA, 1980, cap. 2) para definir a política do Brasil durante o final dos anos 30. O peso econômico dos Estados Unidos no Brasil era incomparavelmente maior que o da Alemanha, que tinha apenas seu comércio como um instrumento de barganha: a política econômica internacional brasileira era pragmática – como qualquer política eficaz devia ser – e tentava explorar, em benefício do interesse nacional, as contradições entre os Estados Unidos e a Alemanha, mas foi muito além de equidistante, nunca sendo realisticamente considerada a alternativa radical entre comércio livre e comércio de compensação.

A política brasileira com respeito ao comércio de compensação foi qualificada por Hilton (1975, p. 66), como uma “resposta oportunista” à rivalidade econômica nos anos 30, mantendo o apoio político norte-americano e aumentando o seu comércio alemão. Tal conceito é dificilmente operacional, já que é bastante difícil pensar num país que consideraria argumentos éticos como de importância primordial na definição de sua política comercial. O multilateralismo foi defendido pelos Estados Unidos, não porque fosse considerado como eticamente mais aceitável do que o bilateralismo, mas porque melhor se adaptava ao interesse nacional norte-americano, possivelmente no curto prazo e com certeza no longo prazo. A política econômica externa brasileira foi definida, de modo semelhante, à luz dos interesses de diferentes setores da sociedade

brasileira. Na verdade, se o critério ético proporcionasse uma base aceitável para avaliar as políticas econômicas internacionais seguidas em cada país, o que se pode dizer sobre a "tolerância" norte-americana ao permitir ao Brasil jogar seu jogo ambíguo em nome de objetivos de longo prazo? Ou, como podiam os Estados Unidos fazer pressão sobre o Brasil para interromper o comércio de compensação com a Alemanha quando *"as relações comerciais germano-americanas [eram] conduzidas praticamente nas mesmas bases que aquelas que o governo americano estava solicitando ao Brasil para suprimir"*? (TASCA, 1939, p. 40).

Com a crescente deterioração da situação internacional em 1938, o prosseguimento do comércio de compensação alemão foi desencorajado pelas autoridades brasileiras, que temiam a acumulação de marcos bloqueados inutilizáveis em Berlim. Os canais que viabilizavam uma colaboração mais estreita com os Estados Unidos estavam deste modo abertos, sem a interferência de qualquer potência européia. Esta nova tendência tornou-se bastante clara através da visita do Ministro do Exterior brasileiro aos Estados Unidos no início de 1939, quando, além de ser celebrado um acordo sobre o pagamento de atrasados comerciais e financeiros que se tinham acumulado na esteira da crise da balança de pagamentos associada à recessão norte-americana de 1937, concordou-se que o Brasil liberalizaria consideravelmente sua política cambial e levaria em conta a possibilidade de retomar o pagamento do serviço da dívida externa pública (ABREU, 1977, seção VIII.1).

3. A Segunda Guerra Mundial

O primeiro impacto da guerra sobre a economia brasileira foi, certamente, a perda e importantes mercados centro-europeus em países que passaram ao controle do governo alemão. A situação agravou-se bastante no verão de 1940, quando foram perdidos outros mercados tradicionais na Europa Ocidental. A importância relativa do mercado norte-americano aumentou consideravelmente, enquanto a Grã-Bretanha também

acelerava de modo notável o ritmo de suas compras, especialmente de carne e algodão. Pelo lado da oferta o impacto foi ainda mais pronunciado, pois o Acordo de Pagamentos Anglo-Brasileiro de 1940 tornou possível à Grã-Bretanha reduzir suas exportações a níveis muito baixos e, especialmente após 1941, a demanda brasileira por importações dos EUA tinha de competir com o esforço de guerra.

Imediatamente após a deflagração da guerra houve uma deterioração temporária nas relações brasileiras com a Grã-Bretanha, em vista da relutância britânica em permitir que equipamento militar comprado na Alemanha atravessasse o bloqueio naval britânico. Foram enfrentadas muitas dificuldades quanto ao cumprimento do Acordo de Pagamentos Anglo-Brasileiro, pois a posição britânica teve resultado oposto àquele que se esperava; o balanço bilateral de pagamentos era desfavorável ao Brasil, e a Grã-Bretanha relutava em aumentar suas compras brasileiras a curto prazo. Com o recomeço do pagamento da dívida externa pública em 1940 através de um novo acordo temporário e a aceleração das compras inglesas, as relações bilaterais se recuperaram. O mercado britânico havia, naturalmente, adquirido renovada importância para o Brasil, pois muitos de seus mercados de exportação tradicionais estavam bloqueados. Para a Grã-Bretanha, acordos como o celebrado com o Brasil constituíam um modo importante de financiar a guerra: garantiam à Grã-Bretanha importações vitais, bem como um fluxo de pagamentos financeiros, sem acarretar necessariamente quaisquer obrigações recíprocas de fornecimento a esses mercados, tornando possível conduzir a política de exportação considerando apenas o esforço de guerra e não possíveis restrições bilaterais de balanço de pagamentos⁽¹⁵⁾.

(15) O objetivo da política baseada na celebração de acordos de pagamentos era fazer com que os países signatários aceitassem o pagamento em libras esterlinas e "no período pós-guerra eles viessem até nós para gastá-lo". Para um tratamento exaustivo dos problemas de pagamentos britânicos durante a guerra, ver SAYERS (1956).

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A partir de 1942, contudo, a despeito de contínuo interesse bilateral na expansão das compras britânicas no Brasil e da melhor atmosfera criada pela retomada dos pagamentos da dívida, a Grã-Bretanha desempenhou um papel secundário no Brasil, sendo seus objetivos definidos pelo próprio Foreign Office como *"se possível intensificar nossas boas relações econômicas, políticas e culturais existentes, sujeitas às principais necessidades do prosseguimento bem sucedido da guerra e da manutenção da mais completa unidade e entendimento com os Estados Unidos"*(16).

A política norte-americana desde o início dos anos da guerra havia sido a de lidar com problemas econômicos na América Latina à luz de considerações políticas. Este foi evidentemente o caso do Acordo Inter-Americano do Café de 1940 e dos acordos de compra no Brasil em 1941 e 1942, quando os preços foram estabelecidos consideravelmente acima daqueles vigentes no mercado, em forte contraste com a política britânica de compra e preempção, que consistentemente buscava os melhores preços vigentes no mercado.

A mais famosa concessão norte-americana no Brasil no período inicial da guerra foi a aprovação de financiamento e de prioridade no suprimento de equipamentos para a construção de Volta Redonda, a primeira grande siderúrgica integrada brasileira. Em sintonia com a superestimação do poder de barganha do Brasil em relação ao comércio de compensação alemão, alguns autores(17) tendem a enfatizar que este foi, uma vez mais, o resultado da exploração habilidosa do Brasil da rivalidade germano-americana, na medida em que os alemães mostraram disposição para cooperar enquanto firmas norte-americanas recusaram-se a participar no projeto. É difícil aceitar tal interpretação

porque é improvável, ou que a Alemanha estivesse preparada para considerar o desvio da capacidade produtiva requerida para suprir o Brasil em detrimento de seu esforço de guerra, ou que a Marinha Real permitisse a passagem de tais equipamentos através do bloqueio britânico. O episódio deve ser considerado como outro dos estratagemas de negociação criados especialmente para consumo doméstico. O que contou na decisão final não foi a existência de uma alternativa alemã digna de crédito, mas a consistente política norte-americana de levar em consideração o papel estratégico do Brasil na América Latina, tal como no caso do comércio de compensação alemão(18).

A partir de 1943, a política americana tornou-se sensivelmente menos generosa, pois foram alcançadas as metas iniciais que diziam respeito a preempção, compras, apoio político e militar. Os americanos resistiram a todas as tentativas de aumentar os preços de exportação brasileiros, particularmente de café, denunciaram os controles de importação unilaterais brasileiros como a violação do Tratado Comercial de 1935, resistiram às tentativas brasileiras em desenvolver indústrias de substituição de importação, e não foram capazes de cumprir suas

(16) Ver memorando impresso de V. Perowne, "The United States and Great Britain in Latin America", 26.2.43, FO 371/33903: A2230/348/51.

(17) Talvez o mais explícito seja MARTINS (1973).

(18) A inexistência de uma opção alemã que fosse digna de crédito era, de fato, bem conhecida no Departamento de Estado; ver o memorando de Walmsey, 6.3.40, 832.6511/77, U.S. National Archives, Record Group 59. Vargas começou a insinuar que os alemães estavam "interessados" em Volta Redonda no início de 1940; sua tentativa de explorar a rivalidade germano-americana tinha, portanto, pouco a ver com a avaliação do possível resultado da guerra (minuta, 18.1.40, Fundação Getúlio Vargas: Arquivos Vargas). Os pontos de vista norte-americanos sobre a conveniência de financiar Volta Redonda eram, certamente, conflitantes. Para James Forrestal, por exemplo, fazia tanto sentido produzir aço no Brasil como cultivar algodão em Montreal, citado por GREEN (1971, p. 44). O Brasil recebeu US\$ 332 milhões de equipamento militar, sob a Lei do Empréstimo e Arrendamento, outro caso ilustrativo da política norte-americana para fortalecer o Brasil, com o objetivo de conter a influência da Argentina no continente.

promessas no que diz respeito ao abastecimento adequado de materiais escassos para o Brasil.

A política britânica, por outro lado, tendia a centrar-se em questões relacionadas à acumulação de saldos brasileiros em libras esterlinas em Londres. Os dirigentes britânicos, de fato, enfrentavam um dilema permanente pois, embora a acumulação de saldos em libras esterlinas fosse um objetivo essencial da política britânica do ponto de vista do financiamento do esforço da guerra, o rápido aumento de saldos inconversíveis tendia a abalar a futura credibilidade da libra em tempos de paz⁽¹⁹⁾. Quanto mais saldos em libras esterlinas não utilizadas se acumulassem em Londres tanto menos entusiasta seria o Brasil quanto a negociar em libras. A política britânica, conseqüentemente, enfatizava a necessidade de encontrar saídas para utilizar os saldos brasileiros em libras. Os principais usos foram a transferência de ativos britânicos no Brasil para o governo brasileiro e o resgate dos empréstimos em libras esterlinas conforme estipulado pelo acordo permanente de pagamento da dívida externa pública de 1943.

Os investimentos externos diretos britânicos reduziram-se em algo como 20% em termos nominais durante os anos 30 até atingirem cerca de 100 milhões de libras esterlinas em 1940; em 1945, totalizavam 85 milhões de libras esterlinas. Esta redução, que continuou após a guerra, é explicada pela venda de ativos britânicos no Brasil. Enquanto o capital britânico achava-se concentrado em empresas de utilidade pública e, portanto, sujeito a sofrer com controles de preços e de câmbio nos anos 30, os investimentos norte-americanos tenderam a se concentrar no setor manufatureiro⁽²⁰⁾. Isto

(19) Os saldos brasileiros em libras esterlinas aumentaram de 2 milhões de libras esterlinas ao final de 1941 para 15 milhões de libras esterlinas em 1943 e cerca de 50 milhões de libras esterlinas em meados de 1945. Ver ABREU (1977, capítulo VII.4).

(20) A compra de ferrovias de propriedade inglesa somou 22 milhões de libras esterlinas no pe-

constituiu um fator adicional importante para tornar as políticas norte-americanas e britânicas relativas ao Brasil bastante distintas, com muitas das queixas britânicas não sendo partilhadas pelos interesses norte-americanos.

A dívida externa pública foi renegociada em 1943, sendo obtido acordo quanto a uma solução definitiva do problema. Os termos do acordo sublinharam a fraca posição de barganha britânica, pois muitas das cláusulas que favoreciam empréstimos em libras esterlinas, que tinham sido incluídas nos acordos prévios sob a influência de Niemeyer no início dos anos 30, foram abandonadas em favor de tratamento paritário que beneficiava os empréstimos especulativos norte-americanos colocados no mercado nos anos 20 pagando altas taxas de juros.

Desse modo, por volta de 1943 os Estados Unidos tinham consolidado, fora de qualquer dúvida, sua posição de preeminência no Brasil. De acordo com o Departamento de Estado, o embaixador norte-americano no Brasil deveria ser considerado como tendo posição similar à do embaixador britânico no Egito⁽²¹⁾. As autoridades brasileiras estavam ficando cada vez mais cons-

... período de 1945-52. Isto, embora numa escala muito menor do que na Argentina, não era insignificante se comparado com os saldos brasileiros em libras esterlinas. Em 1946, o investimento direto total norte-americano era aproximadamente equivalente ao investimento direto britânico: na faixa dos 80 milhões de libras esterlinas. Os investimentos se expandiram substancialmente entre 1936 e 1940 e depois de 1943. Ver ABREU (1977, p. 172-75 e 213-14).

(21) Charles para Scott, 5.2.42, FO 371/30365: A2674/2674/6. Há muitos outros exemplos ilustrativos de franqueza norte-americana a respeito de seu poder de barganha no Brasil, especialmente nos últimos anos da guerra. Em meados de 1944, Pierson, o presidente do Eximbank, sugeria que seu banco e o Export Guarantee Credit Department (britânico) deviam cartelizar suas atividades: a América, e especialmente o Brasil, seriam parte da esfera de influência norte-americana, enquanto a Turquia e o Oriente Médio

trangidas diante da excessiva intimidade das relações brasileiras com os Estados Unidos: nas palavras do embaixador britânico, "era o momento oportuno para que o Dr. Aranha tirasse a Grã-Bretanha da cartola"⁽²²⁾ e tentasse retomar à política tradicional do período pré-Vargas, usando a Grã-Bretanha como um contrapeso em relação aos Estados Unidos. Mas isto era um extremo exagero quanto às reais opções disponíveis para o Brasil, pois a Grã-Bretanha tinha muito menos influência no Brasil do que nos anos 20, não proporcionando qualquer alternativa digna de crédito em relação aos Estados Unidos que pudesse configurar um retorno à política "resseguro" como algo exequível⁽²³⁾. De fato, os atrativos para o Brasil obter ganhos políticos na América Latina com base no apoio americano eram muito claros. Sob a proteção norte-americana o Brasil poderia tentar retornar à sua posição de preeminência política no continente que havia sido perdida para a Argentina na virada do século.

A aproximação da paz resultou num en-

seriam parte da esfera de influência britânica. Isto os ingleses consideravam ser somente uma leve variação do usual slogan norte-americano "o Brasil é meu". Minuta de Magowan, 6.6.44, e minuta de Mather-Jackson, 26.6.44, FO 371/37863: AS 3215/720/6.

(22) Charles para Eden, nº 180, 20.9.43 FO 371/33678: A 9032/2506/6.

(23) A preocupação britânica em não contrariar os norte-americanos através de "interferência" no Brasil, dada a vulnerabilidade da Grã-Bretanha a qualquer represália americana, demonstra a impossibilidade de um retorno do Brasil à política de "resseguro". A relutância britânica em implementar a recomendação de Keynes para criar uma reserva britânica de algodão no Brasil para o uso no pós-guerra — já que os congressistas do sul dos EUA poderiam comportar-se mal no debate sobre a Lei do Empréstimo e Arrendamento — é um bom exemplo da extrema vulnerabilidade da posição da Grã-Bretanha. Minutas de Mather-Jackson, 10.11.42, 14.12.42 e 8.3.43, FO 371/30495: A10485/25/51, 30497: A11600/25/51, 33876: A2312/1/51; tel. 6056. Washington para Londres, 12.12.42, FO 371/30497: A11600/25/51.

durecimento da política norte-americana em relação ao Brasil, não apenas quanto a assuntos econômicos, como já observado, mas também no tocante ao apoio político a governos não democraticamente eleitos. A preocupação norte-americana com a falta de democracia interna no Brasil tornou-se cada vez mais pronunciada a partir de 1943-44, tomando forma sua preferência por uma solução "liberal" que não somente removeria a contradição entre o regime político autoritário do Brasil e sua política externa antieixo, mas também tenderia a garantir a adoção de políticas econômicas mais alinhadas aos interesses americanos. A queda de Vargas em 1945 tornou possível a incontestada continuidade da supremacia econômica norte-americana no Brasil, que deveria durar até o início dos anos 70. A consolidação da posição dos Estados Unidos parecia demonstrar o acerto da ênfase que caracterizou a política norte-americana nos anos 30 e no início dos anos 40 ao concentrar-se nos objetivos de longo prazo, mesmo que a expensas de eventuais vantagens no curto prazo.

4. Crise no Centro e Autonomia na Periferia

Ao contrário do que é freqüentemente sugerido, a exacerbação da rivalidade entre as principais nações industriais nos anos 30 não resultou necessariamente em aumento da margem de manobra dos países menos desenvolvidos. Embora o Brasil, como antes mencionado, tenha se saído bem neste contexto, o inverso ocorreu nos países em que as posições relativas de barganha beneficiaram nações industriais cujas políticas econômicas internacionais estavam se afastando dos princípios da liberdade de comércio e de pagamentos, conforme ilustrado pelo caso da Argentina.

Mesmo no caso do Brasil não é fácil estabelecer vantagens bem definidas como resultado de maior rivalidade entre as principais nações industriais nos anos 30. Alguns dos ganhos do Brasil foram conseqüências diretas de empréstimos especulativos antes

de 1930, em um contexto de geração limitada de divisas através de exportações durante e após a depressão mundial. Mesmo assim, não é certo que, tomando a dívida externa como um todo, as ações do Brasil tenham resultado numa perda agregada para os emprestadores, pois muitos dos antigos empréstimos foram negociados com grandes descontos. A não interrupção do comércio de compensação alemão pode ser tomada como um ganho para o Brasil. O que é discutível é se este ganho resultou da exploração brasileira dos atritos entre os Estados Unidos e a Alemanha ou se simplesmente foi um corolário da política latino-americana de longo prazo dos EUA. A segunda explicação é, com base em evidência disponível, mais defensável. Pode-se presumir que se o Brasil saiu-se relativamente bem em suas relações econômicas com a economia mundial nos anos 30, isto deveu-se ao fato de o seu fraco poder de barganha estar relacionado com os Estados Unidos, o único país preparado a abrir mão de vantagens de curto prazo em face da crescente disposição em consolidar a sua hegemonia na América Latina.

Uma das principais razões para o renovado interesse nos anos 30 entre os cientistas sociais está vinculada, no que diz respeito às relações econômicas internacionais, às alegadas similaridades entre essa década e o final dos anos 70 e a década de 80. Ainda que superficialmente este ponto de vista tenha algum atrativo, exigem-se muitas qualificações, algumas de natureza geral e outras de especial relevância para o caso do Brasil.

O desempenho econômico insatisfatório de muitas nações industriais, o aumento do desemprego e a diminuição do crescimento do comércio não-petrolífero mundial não podem ser comparados com o impacto da Depressão inter-guerras em termos de redução do nível de atividade, aumento do desemprego, bem como de desarticulação e

redução do valor do comércio mundial, especialmente nas economias mais avançadas. Mesmo aqueles mais alinhados com os modismos antikeynesianos concordariam que se aprendeu o suficiente a respeito de assuntos econômicos para tornar improvável o retorno de uma crise similar. As principais fontes de instabilidade, entretanto, permanecem: a fragilidade do mercado financeiro internacional, a falta de coordenação de políticas macroeconômicas e a adoção de políticas protecionistas que tendem a restringir o comércio mundial. Talvez mais relevante: não há uma única nação que claramente possa ser vista como capaz de prover a liderança econômica internacional no final dos anos 80. Não há no momento nenhum país em posição equivalente à dos Estados Unidos no período entre guerras "capaz mas relutante" de conduzir a economia mundial. Os próximos anos devem ser marcados pela falta de clara liderança econômica – ou mesmo política – entre os países ocidentais. Esta situação exigirá, como se torna cada vez mais evidente, importantes revisões das atuais disposições institucionais que regulam o comércio e os pagamentos internacionais.

O Brasil poderá encontrar oportunidades para novas modalidades de "resseguro", mas não tirará proveito da estudada complacência de uma potência hegemônica mundial emergente, como ocorreu nos anos 30. A vida será mais dura em uma economia mundial muito mais complexa. O aumento nas receitas de exportação, exigido pelas elevadas transferências associadas ao pagamento da dívida, acarreta acirrada competição e aumento de fricção política com as nações industriais, tradicionais fornecedores do mercado mundial. Os anos 80 foram e continuarão a ser menos favoráveis ao Brasil do que os anos 30, requerendo uma política econômica externa ativa que deve garantir a ampliação de mercados de exportação e a contínua colaboração dos capitais externos, sem substanciais sacrifícios de soberania nacional.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva. *Brazil and the World Economy: aspects of Foreign Economic Policies and International Economic Relations Under Vargas*. Tese de Doutorado, Universidade de Cambridge, 1977.
- . A missão Niemeyer. *Revista de Administração de Empresas*, julho de 1974.
- DEPARTAMENTO DOS ESTADOS UNIDOS. *Foreign Relations of the United States 1933*. Washington, GPO, 1951.
- ELLIS, H.S. *Exchange Control in Central Europe*. Cambridge, Harvard University Press, 1941.
- GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influências Americanas e Alemãs no Estado Novo*. São Paulo, Símbolo, 1977.
- GREEN, David. *The Containment of Latin America: A History of the Myths and Realities of the Good Neighbor Policy*. Chicago, Quadrangle, 1971.
- HILTON, Stanley, E. *Brazil and the Great Powers, 1930-1939: the Policies of Trade Rivalry*. Austin, University of Texas Press, 1975.
- HODSON, H.V. *Slump and Recovery 1929-1937: A Survey of World Economic Affairs*. Oxford, Oxford University Press, 1938.
- KAHN, Alfred E. *Great Britain and the World Economy*. Nova York; Columbia University Press, 1946.
- KREIDER, Carl. *The Anglo American Trade Agreement: a Study of British and American Commercial Policies, 1934-1939*. Princeton, Princeton University Press, 1943.
- MANCHESTER, A.K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- MARTINS, Luciano. *Politique et Développement Économique: structures de Pouvoir et Systèmes de Decisions du Brésil (1930-1964)*. Tese de Doutorado de Estado, Paris, 1973.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- NEAL, L. The Economics and Finance of Bilateral Clearing Agreements: Germany 1934-38. *Economic History Review*, XXXII 3, 1979.
- SAYERS, R.S. *Financial Policy 1939-1945*. Londres, HMSO, 1956.
- SIDERI, S. *Trade and Power: Informal Colonialism in Anglo-Portuguese Relations*. Rotterdam, Rotterdam University Press, 1970.
- TASCA, Henry J. *World Trading System: A Study of American and British Commercial Policies*. Paris, International Institute of Intellectual Cooperation, 1939.
- WILEMAN, J.P. *Brazilian Exchange: The Study of an Inconvertible Currency*. Buenos Aires, Galli Brothers, 1896.